

MELGAÇO (Chaviães)

A Igreja de Santa Maria Madalena de Chaviães está situada na freguesia homónima, a nordeste de Melgaço, sede de concelho (distrito de Viana do Castelo) da qual dista 2,5 km. Saindo do Porto, tome a A3 até Valença e logo a seguir a N101 em direção a Melgaço. Depois de cerca de 30 km apanhe a variante N202. Depois da rotunda, siga em frente até à N301. Vire à esquerda em direção à EM1136. Cerca de 1,5 km depois encontra-se em Chaviães.

Implantada numa zona em que o Vale do Minho se estreita e aprofunda, conferindo à sua vertente sul um acentuado pendor, a igreja paroquial de Santa Maria Madalena de Chaviães situa-se em lugar sobranceiro a uma várzea, cujo solo se adequa à prática das culturas arvenses e da vinha.

A localização de Chaviães deve ser enquadrada na sua proximidade da via medieval que de Valença chegava a São Gregório, lugar de travessia da fronteira; na importância que a vila de Melgaço adquiriu desde o século XII e no papel que as comunidades monásticas implantadas na região, como Fiães e Paderne, desempenharam na organização do território, destacando-se contudo a ligação da paróquia de Chaviães ao mosteiro de Fiães. Melgaço é o primeiro polo da fronteira do Minho a ganhar grande relevo estratégico, segundo C. A. Ferreira de Almeida, que realça o interesse de D. Afonso Henriques no desenvolvimento da povoação à qual concede carta de foral em 1185 e que viria a ser fortificada entre os séculos XII e XIII.

A organização diocesana da época sueva integrara o território de Entre-Lima-e-Minho na diocese de Tui, situação que se manteve até ao século XIV, muito embora a fronteira política já estivesse definida no reinado de D. Afonso Henriques. Depois de alcançada a autonomia relativamente à diocese de Tui em 1381, o território fica subordinado à organização eclesiástica da comarca de Valença que, por sua vez, viria a ser incorporada na arquidiocese de Braga em 1514.

Segundo Avelino Jesus da Costa, a extensão para sul da metrópole de Braga, capital religiosa e política do reino suevo, quase até ao Tejo, obrigou à reorganização diocesana impulsionada pelo rei Teodomiro. O vasto território da diocese bracarense foi dividido entre as dioceses do Porto e de Tui, sendo esta delimitada, a sul, pelo rio Lima. Segundo o *Parochiale suevicum* (572-582) a diocese de Tui era composta por dezassete paróquias, ficando cerca de metade na região de Entre-Lima-e-Minho. As extensas paróquias suevo-visigóticas designadas de *ecclesiae* ou *pagi* foram alvo de uma profunda transformação. Na época da reconquista dominava o regime das *igrejas próprias* que tinham um território relativamente extenso, as *villas-ecclesiae*, como refere C. A. Ferreira de Almeida. Exemplo da transformação da paróquia, a *villa-ecclesia* de Silva Escura (Barcelos) abrangia, em 906, o território da bacia do rio Covo, apresentando-se no século XII dividida em sete *ecclesias*, correspondentes a cinco atuais freguesias. A intensificação do povoamento obrigou à fundação de novos templos e à multiplicação de paróquias, de muito menor dimensão do que as *ecclesiae* ou *pagi* da época sueva e das *villas-ecclesiae* dos séculos X e XI. A área da paróquia da época românica do Entre-Douro-e-Minho não é grande. Nos séculos XII e XIII, quando a reorganização paroquial se define e estrutura, a fundação de uma paróquia exigia uma média de doze a quinze agricultores "os necessários para assegurar uma vida eclesial e uma certa dignidade nos atos litúrgicos que a reforma gregoriana – então em expansão entre nós – exigia, além das prestações para o bispado", como escreveu C. A. Ferreira de Almeida. Por ser o símbolo de ocupação e povoamento de uma parcela, e porque é aí que se concentravam as relíquias, é também junto à igreja paroquial que se afirma o direito de sepultar, tornando-se a freguesia numa "comunidade de vivos e de mortos sob a égide de um campanário".

A igreja de Chaviães está documentada desde 1173, muito embora a primeira referência explícita à *ecclesia* e ao seu antigo orago date de 1177. Neste ano, Pedro Peres doa ao mosteiro

de Fiães (Melgaço) metade de um casal que possuía *sub ecclesia de Sancte Seculina*. Em 1173, em diploma datado de 24 de outubro, D. Afonso Henriques, no âmbito da estratégia de consolidação da fronteira, doara ao mosteiro de Fiães os bens que detinha entre Melgaço e Chaviães. Mais tarde, na carta de couto de Melgaço (1183), o rei concede a esta vila a metade da igreja de Chaviães que ainda lhe pertencia.

É escassa e muito lacónica a documentação que se refere à igreja de Chaviães. Na lista das igrejas do bispado de Tui no território de Entre-Lima-e-Minho [1258-1259] é mencionada a *ecclesia de Chavanes*. Em 1320, Chaviães pertencia à Terra de Valadares, sendo designada como igreja de *Santa Segoinhe*. No registo da avaliação dos benefícios da comarca eclesiástica de Valença do Minho [1545-1546], *Sancta Segoinha de Chaveães* integrava a Terra da Vila de Melgaço. Na cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo, cuja organização data de 1551, sobre a situação canónica dos benefícios eclesiásticos da comarca de Valença do Minho, Santa Maria Madalena de Chaviães é referida como sendo anexa *in perpetuum* a *Santa Seculinha de Chaviães*, por doação feita por padroeiros leigos ao duque de Bragança, a quem pertencia o direito de apresentação. Embora se desconheça a data da alteração do orago, certamente que terá ocorrido depois desta anexação. A partir do início do século XVIII, a igreja será designada como Santa Maria Madalena de Chaviães.

O orago *Sancte Seculina*, *Segoinha*, *Seculinha* ou *Seguinha*, conforme surge na documentação desde o século XII até ao século XVI, não é frequente em Portugal. Pierre David destaca o culto a vários santos de origem franca, na Península Ibérica, sobretudo a partir do século XI, entre os quais inclui Santa Ségolène d'Albi, considerando que o orago de Chaviães corresponde a esta santa, cuidadora de leprosos, fundadora e primeira abadessa do Mosteiro de Troclar em Lagrave (Tarne). Segundo Reáu, Ségolène é originária da Aquitânia e irmã de São Sigebaldo, que foi bispo de Metz entre 708 e 741. Todavia, a história de Santa Ségolène permanece obscura. Estudos mais recentes asseguram a existência de uma igreja em Metz, cuja referência mais antiga data do século XI, dedicada a Ségolène, santa celebrada a 24 de julho. Em Albi é venerada desde o século XI, estando o seu culto presente na Península Ibérica no século XII, como atesta a igreja de Santa Seculina em Caldes de Malvella (Girona). Segundo Isabelle Réal o relato da vida da santa remonta ao século VII, tendo sido consagrada pela *Vita* escrita, provavelmente, entre 650 e 700. O autor da sua *lenda* realça todos os atributos incontestáveis da santidade, como a piedade, a caridade, a humildade e a castidade, bem como os milagres da santa, entre os quais se destacam a cura de doenças e os exorcismos. cremos que a dedicação de uma igreja em território português a Santa Seculina é caso único. Dada a proximidade e a ligação entre esta paróquia e o mosteiro de Fiães é provável que a escolha do orago se deva àquela comunidade monástica.

Igreja de Santa Maria Madalena

A IGREJA, CONSTRUÍDA EM GRANITO, é composta por uma nave e cabeceira retangular, ambas cobertas por tetos de madeira, embora esta última parcela tenha sido totalmente alterada na Época Moderna. À fachada sul encosta-se uma capela destinada ao serviço de uma confraria e uma torre que ladeia a fachada principal, sendo ambas, provavelmente, do século XVIII. Alterações menores, como a abertura de vãos de iluminação nas fachadas laterais da nave e as irregularidades no aparelho testemunham outras intervenções. A nave é construída

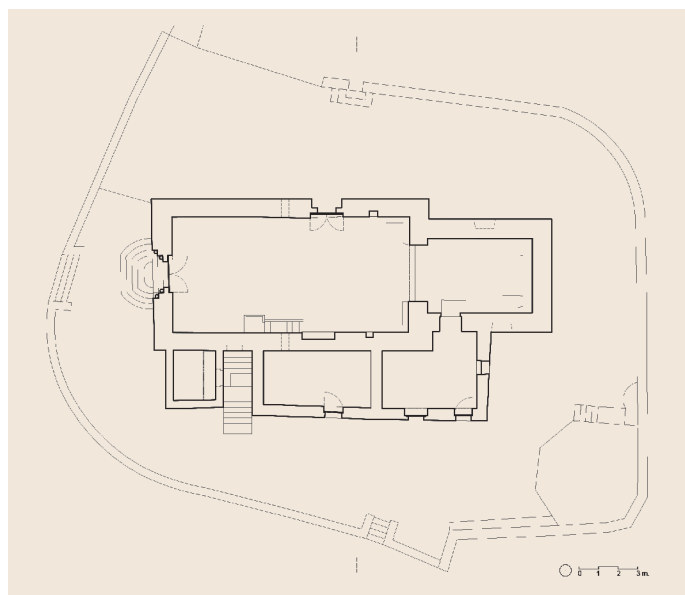
em aparelho pseudo-isódomo. O alçado sul, parcialmente oculto pela capela já referida, é rematado por cornija assente sobre cachorros. O alçado norte recebe um remate superior semelhante, apresentando um portal inscrito na espessura do muro e de arco ligeiramente quebrado. O tímpano é liso e as mísulas assentam diretamente nas jambas, não existindo colunas no alçado deste vão.

Os cachorros são tendencialmente de secção retangular mas a escultura que recebem não acompanha a morfologia da peça, como é habitual na arquitetura românica do

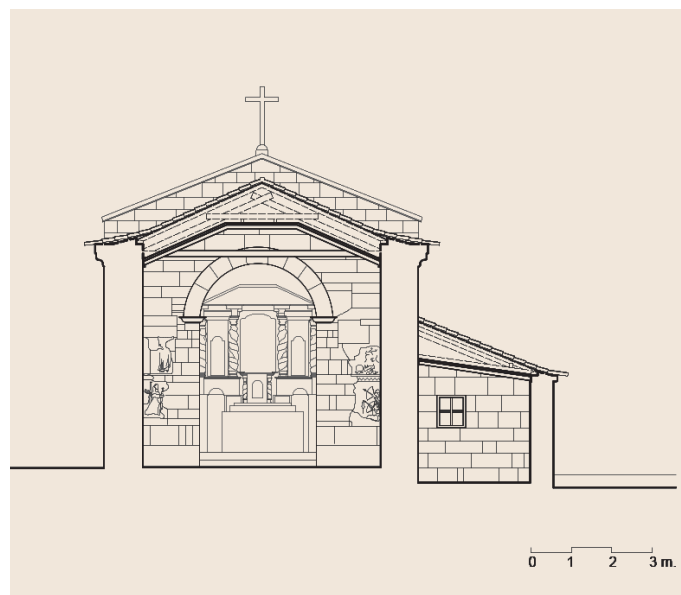
Perspetiva geral da igreja a partir do lado sudoeste



Planta



Corte transversal



século XII. Entre os dezasseis cachorros do muro sul destacam-se cabeças de animais, uma cabeça humana, um personagem sentado que apoia as mãos sobre os joelhos e um outro que segura nas mãos um objeto de difícil identificação. Os restantes ora são de proa, ora apresentam rolos ora ainda motivos geométricos e vegetalistas. No muro norte,

entre os vinte e um cachorros, só um exemplar apresenta uma cabeça de animal, sendo os restantes de proa, vegetalistas, com rolos e de motivos geométricos, estando partidos três exemplares.

Na fachada principal abre-se um portal em arco ligeiramente quebrado cujo alçado é composto por duas



Alçado norte



Alçado sul. Pormenor da cachorrada

arquivoltas e dois pares de colunas com fustes monolíticos, cujas bases assentam em plintos. Os cestos dos quatro capitéis são estreitos na sua parte inferior, aumentando ligeiramente de volume na parte superior. São rematados por curtos ábacos e colarinho. Apesar do desgaste dificultar a identificação, os dois capitéis figurativos apresentam animais que ora se distribuem pela face e pela aresta ora se afrontam na esquina do cesto. Os dois capitéis vegetalistas mostram folhas com nervuras ou folhas lisas que terminam em esferas salientes, numa gramática decorativa comum a modelos góticos. A primeira arquivolta é composta por modinatura de aresta boleada e escócia, a segunda segue o mesmo tipo de moldura e apresenta flores de quatro pétalas e esferas e, no arco envolvente, pontuam motivos vegetalistas. Na parte inferior do tímpano está inscrita, em negativo, uma cruz inserida em moldura quadrangular e nas impostas alternam pequenas folhas e decoração em enxaquetado.

Da construção medieval, no interior da igreja, resta unicamente o aparelho da nave já que, como foi referido, a cabeceira data da Época Moderna assim como o arco triunfal. Nos muros que ladeiam o arco triunfal e nas parcelas dos muros da nave que lhe estão mais próxima, conservam-se vestígios de pintura mural. Paula Bessa, que dedicou um estudo à pintura mural desta igreja, considera que há evidências de, pelo menos, três camadas de pintura muito embora os vestígios das duas primeiras camadas sejam muito reduzidos. No lado do Evangelho, a parcela de parede da nave apresenta a figura de um santo franciscano. No registo superior, figura uma das cenas da vida de São Roque, *São Roque no bosque* e, no inferior, os reis Magos *Melchior* e *Gaspar*. A representação da *Epifania* prolonga-se pelo muro do arco triunfal com a figuração de *Baltasar*. No lado

da Epístola está representado o tema do *Homem Selvagem*, em registo superior, e o *Martírio de S. Sebastião*, no registo inferior. Na parcela do muro da nave figuram *Santo Antão* e *São Bartolomeu*. Segundo Paula Bessa, a pintura mural de Chaviães, que poderá datar do início do século XVI, revela disparidades no domínio do desenho e na gramática das molduras decorativas, o que indicia a presença de diferentes artistas. A maioria dos santos aqui figurados, São Roque, São Sebastião, Santo Antão e São Bartolomeu, muito cultuados no final da Idade Média, são santos curadores e a sua representação é muito frequente na pintura mural portuguesa do século XVI. Por ser uma época de muitas pestes, com vários surtos entre os finais no século XV e o início da centúria de seiscentos, em Portugal foi frequente a colocação de cruzeiros junto a igrejas e capelas dedicadas a santos anti-pestíferos. Seria forçado associar a representação destes santos na igreja de Chaviães com as capacidades curadoras dos dois oragos, Santa Seculina e Santa Maria Madalena, uma vez que a evocação daqueles santos curadores é comum a todo o território nacional.

A temática da escultura do portal axial de Chaviães é essencialmente vegetalista e geométrica, sendo o tipo de relevo pouco saliente. Esta gramática decorativa tem paralelos na capela de Nossa Senhora da Orada, no mosteiro de Paderne e na matriz de Melgaço inserindo-se estes exemplares no mesmo concelho. Todavia, a sua utilização teve uma alargada expansão geográfica. Tanto a encontramos na região de Orense como em Pontevedra ou Lugo, em igrejas cuja cronologia se aproxima do século XIII. Estes modelos não correspondem unicamente a uma difusão local, mas também a uma época, a da entrada dos modelos proto-góticos e góticos na região. Todavia, se nos portais de Chaviães os motivos são pouco relevados o mesmo



Portal ocidental



Capitéis do portal ocidental



Interior. Vista a partir do lado ocidental

não sucede nos cachorros cuja escultura se mostra saliente embora, como já foi referido a figuração não se adapte totalmente à morfologia das peças o que, aliás, também acontece em Orada. No entanto, a qualidade da escultura de Chaviães é muito menor do que a de Orada ou do mosteiro de São Salvador de Paderne, notando-se, nesta igreja paroquial, mãos menos hábeis e acentuada regionalização de modelos.

Uma vez que a construção da capela de Nossa Senhora da Orada, onde se conjugam elementos proto-góticos com motivos de longa ascendência muito utilizados na arquitetura românica, terá sido concluída em meados do século XIII, que a igreja do mosteiro de São Salvador de Paderne, conservando embora a existência de parcelas mais antigas, date do mesmo século e que uma inscrição da matriz de Melgaço sugere que a sua edificação não deverá ser muito anterior a 1262, e tendo em conta as características formais apontadas, a igreja de Chaviães deverá datar da segunda metade do século XIII, embora a documentação garanta a existência de uma igreja anterior, já referida em 1173.

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1986a, pp. 114-116; ALMEIDA, C.A.F., 1987a, p. 177; BESSA, P., 2003b, pp. 9-30; CFIÃES, doc. n.º 3 (de 1173, outubro, 15) e doc. n.º 24 (de 1177); COSTA, A.C., 1706-12, I, p. 338; COSTA, A.J., 1983, pp. 72-80, 85-86, 161, 168, 189, 202 e 209; DAVID, P., 1947, pp. 217 e 237; DMP, DR, doc. n.º 353 (de [1185], maio, 21); PIGNON-FELLER, C., 2011, pp. 220, 231 e 248; PINTOR, M.A.B., 1975, p. 51; RÉAL, I., 1995, p. 20; RÉAU, L., 1955-59, V (2), pp. 205-206; ROSAS, L.M.C., 1987, II, pp. 6-8.